



O PARQUE AMBIENTAL “SALTO DA PEDREIRA” NO MUNICÍPIO DE RIO AZUL-PR: UMA ALTERNATIVA PARA A RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

Aparecido Ribeiro Andrade¹, Rodrigo Carlos Primon², Eli José Cabral da Silva², Almir Nabozny²

(Unicentro, Professor Assistente do Departamento de Geografia - Campus de Irati, Doutorando em Geografia UFPR, arandrade@irati.unicentro.br, 2 – Unicentro, Licenciado em Geografia, rodrigoprimon@yahoo.com.br, elijcs@gmail.com.br, almirnabozny@yahoo.com.br)

Resumo

O presente trabalho buscou realizar uma análise geográfica a respeito da criação do Parque Ambiental “Salto da Pedreira”, localizado no município de Rio Azul-PR. Para tanto, foram investigados os antecedentes históricos da área de estudo, que demonstraram uma ocupação desorganizada e voltada à exploração dos recursos naturais disponíveis, desprovida de qualquer tipo de planejamento, seja político ou ambiental. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho, amparou-se na busca de material escrito que pudesse comprovar os diversos tipos de tentativas de uso da área. Em complementação a este material, foram realizadas várias investigações de campo, buscando obter subsídios empíricos que comprovassem as formas de uso anteriores à criação do parque. A revisão bibliográfica, centrada em aspectos de planejamento e gestão ambiental, foi realizada e propiciou condições de análise pertinente ao tema. Através de relatos de moradores da região e da observação “*in loco*” foi possível concluir que a criação do parque ambiental propiciou uma melhora das condições paisagísticas do local, sobretudo com relação à poluição visual. Entretanto, apesar da melhora nas condições ambientais, ainda é cedo para concluir que tal iniciativa foi totalmente eficaz na recuperação de uma área degradada, principalmente porque os atributos da natureza (solo, água, vegetação) não possuem capacidade de recuperação imediata.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Áreas Degradadas; Parque Ambiental; Rio Azul

¹ Artigo recebido para publicação em 16 de Fevereiro de 2009;
² Artigo aprovado para publicação em 15 de Setembro de 2009



Abstract

THE ENVIRONMENTAL PARK “SALTO DA PEDREIRA” IN RIO AZUL-PR: AN ALTERNATIVE FOR RECOVERY OF DEGRADED AREAS

The present work looked for to accomplish a geographical analysis regarding the creation of "Salto da Pedreira", Environmental Park located in the Rio Azul district, Paraná state, Brazil . For so much, it investigated the historical antecedents of the study area, that demonstrated a disorganized occupation and returned to the exploration of the available natural resources, lacking any planning type, be political or environmental. The methodology used for the development of the work, sought protection in the search of written material that could check the several types of attempts of use of the area. In complementation to this material, several field investigations were accomplished, looking for to obtain empiric subsidies that checked the use forms previous to the creation of the park. The bibliographical revision, centered in planning aspects and environmental administration, it was accomplished and it propitiated conditions of pertinent analysis to the theme. Through inhabitants' of the area reports and of the observation "in loco" it was possible to conclude that the creation of the environmental park propitiated an improvement of the landscape conditions of the place, above all with relationship to the visual pollution. However, in spite of the improvement in the environmental conditions, it is still early to conclude that such initiative totally went effective in to recovery of a degraded area, mainly because the attributes of the nature (soil, water, vegetation) they don't possess capacity of immediate recovery.

Key-words: Environmental Education; Degraded Areas; Environmental Park; Rio Azul

1 - Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar os impactos causados pela exploração social e econômica de uma área localizada na comunidade do Butiazal, a aproximadamente 8 Km da cidade de Rio Azul-PR.

Para tanto, a área escolhida, hoje pertencente ao Parque Ambiental Salto da Pedreira, foi analisada a partir de sua importância histórica, principalmente no contexto municipal, pois entre 1894 e 1988, a área que atualmente pertence ao parque, sofreu três grandes modificações em sua estrutura paisagística. Esta estrutura é vinculada ao conceito de que a



paisagem é o resultado material de todos os processos (naturais e sociais) que ocorrem em um determinado [sítio](#). Portanto, a paisagem é construída a partir da síntese de todos os elementos presentes neste local e sua apreensão se dá pela imagem resultante dela.

Numa outra definição, pode-se dizer que paisagem é um sistema complexo e dinâmico, a extensão de território que se abrange num olhar, constituída por um conjunto de elementos dinâmicos criados pela natureza e pela sociedade humana.

A paisagem natural estaria vinculada unicamente aos aspectos do sítio onde se localiza, mas como as intervenções estudadas no presente trabalho promoveram alterações neste sítio, causadas pela intervenção da sociedade local na busca de um melhor aproveitamento da área, entende-se que o conceito de paisagem mais adequado é aquele relacionado ao resultado de uma combinação dinâmica – portanto, em movimento, em transformação – de elementos físicos, biológicos e humanos que, reagindo uns com os outros, fazem da paisagem um conjunto único e inseparável, em constante evolução.

A degradação ambiental está diretamente relacionada com o aumento da população de um determinado local, em que o uso e ocupação do solo, principalmente às margens de um curso d'água, ocasionam adversos e intensos impactos ao meio ambiente.

A ocupação irregular, fato que ocorre na maioria das regiões do Brasil, associada ao vetor da falta de emprego, tem contribuído em muito para o aumento da ocupação de áreas de fragilidade ambiental. Este fato acarreta sérios impactos, como erosão, alagamentos, assoreamento de cursos d'água, entre outros.

Devido a esse processo, ocorre também a destruição da mata ciliar, que é uma área de conservação permanente prevista no Código Florestal brasileiro (Lei 4771/65). A retirada deste tipo de vegetação para a construção de casas, associada às mais diversas ações da sociedade no ambiente urbano/rural, causam o acúmulo de lixo e a ocorrência de esgoto a céu aberto, ficando totalmente a mercê de possíveis inundações, provocando danos para a vida (tanto humana quanto animal) e para o ambiente natural de forma geral.

Desta maneira, pode se destacar o papel fundamental da aplicação de técnicas de análise e monitoramento da Geomorfologia Ambiental, no sentido de direcionar um planejamento que amenize os impactos entre a ocupação humana, a qualidade do solo e o uso da água.



A alteração do ambiente natural promove novas configurações dos terrenos íngremes, que se tornam suscetíveis a ocorrências de acidentes geotécnicos (deslizamentos ou escorregamentos) durante as chuvas intensas. O conhecimento dos padrões existentes entre os diversos fenômenos relacionados aos escorregamentos, permite o estabelecimento de critérios determinantes para a emissão dos alertas e a consequente mobilização das instituições responsáveis para o auxílio à população habitante das regiões das encostas.

O presente trabalho demonstra a evolução no tempo de diversas formas de uso e ocupação do ambiente natural (encostas) que propiciaram modificações em seu sistema ecológico e só não culminaram com impactos associados à sociedade humana, porque a área não foi urbanizada.

Segundo Mendonça (2001), ao lado das outras ciências, a Geografia, desde suas origens, ocupou-se de conteúdos ambientais:

Os princípios básicos e os objetivos principais, assim como o objeto de estudo da Geografia, desde a sua origem como ciência, são de caráter eminentemente ambientalista. A geografia é, sem sombra de dúvida, a única ciência que desde a sua formação se propôs ao estudo da relação entre os homens e o meio natural do planeta, o meio ambiente atualmente em voga é propalado na perspectiva que engloba o meio natural e social. Observando-se a história da evolução da ciência moderna percebe-se que a Geografia é a única ciência de cunho ambientalista lato sensu desde sua origem, sendo que as outras são mais específicas no tratamento da referida temática. (...) Contudo, não se pretende dizer que a Geografia é a única que sozinha consegue dar conta de toda a problemática que envolve o conhecimento do meio ambiente (MENDONÇA, 2001, p. 22-23).

Tal afirmação fortalece o papel da Geografia dentro das discussões da problemática ambiental em que vive o planeta. Não se pretende defender que o exemplo aqui apresentado como estudo de caso, seja um referencial para justificar plenamente a utilização de técnicas de abordagem geográficas em estudos análogos, mas se propõe a dar uma modesta contribuição à análise e ao planejamento do uso ecológico de áreas degradadas.

2 – Procedimentos Metodológicos



A forma de pesquisa que deu base teórica e conceitual ao presente trabalho, se ateve à análise da bibliografia especializada, principalmente aquela relacionada aos conceitos geomorfológicos, ecológicos e ambientais, que se fizeram necessários.

Outro procedimento adotado foi buscar um relato histórico da evolução paisagística da área de estudo, o que se tornou possível em virtude de documentos encontrados no acervo da Prefeitura Municipal de Rio Azul, PR. Os relatos orais de vários moradores também foram considerados como fontes de análises, contudo, não foi possível citar integralmente, nenhum deles, em virtude da falta de coerência entre eles e a desautorização na publicação dos mesmos, o que comprometeria sua credibilidade.

Algumas investigações *in loco* também foram realizadas, propiciando a identificação da estrutura do parque, entretanto os aspectos mais específicos, como qualidade e quantidade de recursos ambientais (água, solo e vegetação) não foram explorados. Primeiramente por falta recursos técnicos e econômicos e também, por entender que a análise aqui proposta não se prende a tais investigações, ficando os trabalhos de campo associados à comparação da paisagem anterior à criação do parque com a aquela que existe atualmente.

Ao final, um procedimento necessário em qualquer trabalho geográfico é a busca da localização geográfica da área de estudo, principalmente através de representação gráfica. Sendo assim, é possível visualizar através da Figura 01, a localização do Município de Rio Azul.

Rio Azul possui uma área de 629,739 km² representando 0,316 % do estado do Paraná, 0,1117 % da região e 0,0074 % de todo o território brasileiro. Localiza-se a uma latitude média de 25°43'58" Sul e a uma longitude média de 50°47'45" Oeste, estando a uma altitude aproximada de 925 m. Sua população estimada em 2005 era de 13.410 habitantes. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) é de 0,738, no geral, mas apresenta IDH-M-Renda: 0,607; IDH-M-Longevidade: 0,751; e IDH-M-Educação: 0,856 (IPARDES, 2009).

Localização do Município de Rio Azul Divisão Política do Estado do Paraná

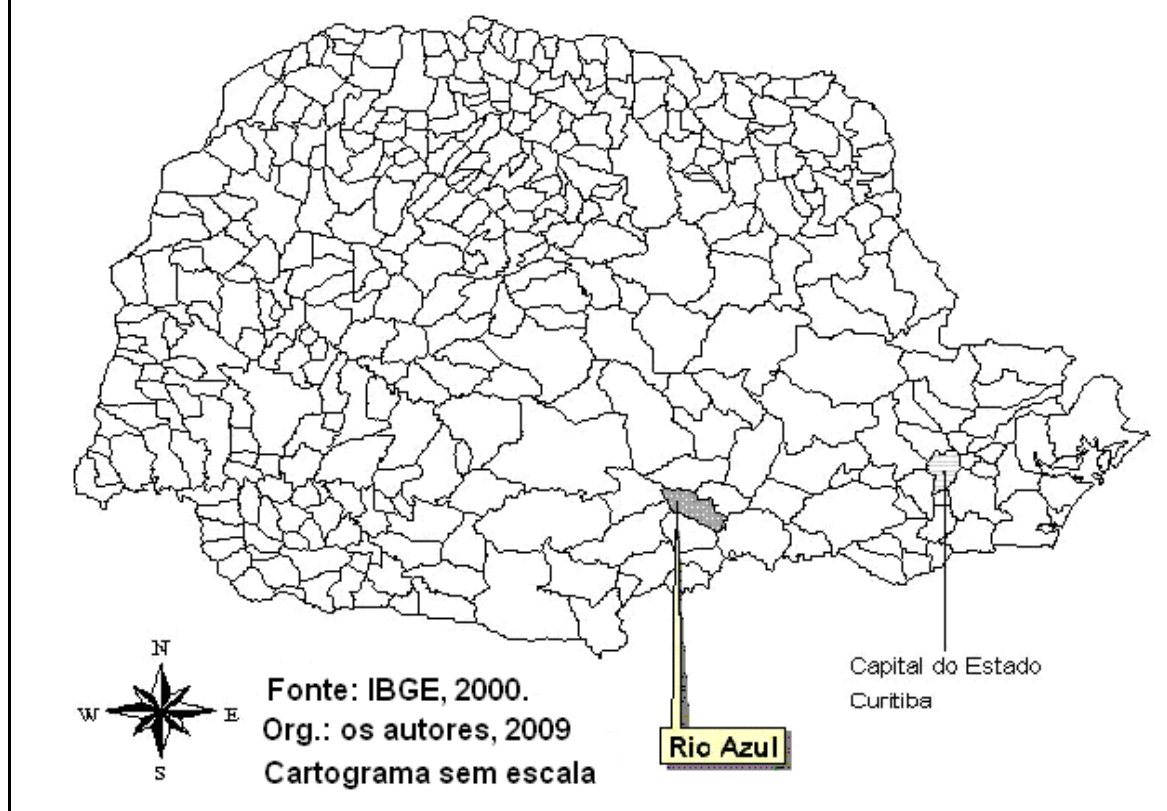


Figura 01: Localização do município de Rio Azul em relação a capital do Paraná.

3 - Resultados e discussão

3.1 – Encosta, vertentes e as forças atuantes.

Vários são os fatores que influenciam nas formas do relevo terrestre, mas, sobretudo, são dois os processos responsáveis pela formação do relevo: os processos endógenos e os processos exógenos.

Os processos endógenos são os que ocorrem no interior da Terra, como a tectônica das placas, com os processos de soerguimento e rebaixamento das mesmas, sendo estes grandes modificadores e criadores de formas de relevo. Os processos exógenos se referem aos agentes externos, como o clima, as chuvas, os ventos, as geleiras, os rios, etc. Dessa forma, a



interação entre os processos endógenos (internos) e os processos exógenos (externos) é que vai criar e modificar as formas de relevo.

As formas de relevo aqui usadas serão a encosta e a vertente, sendo que encosta é a denominação que se dá a todas as superfícies inclinadas que delimitam as áreas elevadas do relevo. Uma encosta pode ser natural, quando sua forma foi determinada pela evolução natural do terreno, sem interferência direta da ação humana, e artificial, quando sua forma é consequência da ação humana (CUNHA & GUERRA, 2005).

Segundo Veloso (2008, p. 5),

“podemos definir uma vertente simplesmente como um elemento da superfície terrestre inclinado em relação à horizontal. Desta maneira uma vertente possui um gradiente, dando uma direção ou orientação no espaço”. O gradiente diz respeito ao grau de inclinação da vertente, enquanto a orientação diz respeito aos pontos cardeais. Ou seja, “o perfil da vertente é a linha traçada sobre o terreno descrevendo sua inclinação. Esta inclinação é expressa por um ângulo ou um gradiente e sua orientação é dada pelos pontos cardeais”.

Os conceitos de encosta e vertente são complementares, pois estão associados à definição de uma mestra estrutura física, não sendo possível dissociar encosta de vertente. Alguns autores usam a terminologia encosta, e outros, vertente, mas ambas estão relacionadas ao mesmo padrão geomorfológico.

Todas as formas de relevo podem vir a sofrer alguma modificação. Com as encostas e vertentes, isso não é diferente, pois vários são os fatores que podem causar desequilíbrios em uma encosta e em uma vertente. Um dos principais fatores é a ação da água proveniente das chuvas. A esse fator associa-se a inclinação da encosta ou da vertente, pois quanto maior a inclinação, maior serão os desequilíbrios.

Os desequilíbrios que se registram nas encostas ocorrem, na maioria das vezes, em função da participação do clima e de alguns aspectos das características das encostas que incluem a topografia, geologia, grau de intemperismo, solo e tipo de ocupação. (CUNHA & GUERRA, 1996, p.355).

Opinião semelhante emite Veloso:



A principal força que atua nas encostas é a gravidade, que é a atração mútua entre dois corpos. Na Terra os corpos tendem a ser atraídos verticalmente para seu centro. A força exercida sobre um objeto em repouso na superfície terrestre é mais ou menos igual ao seu peso. A gravidade pode atuar diretamente no movimento de algumas partículas sedimentares, como um pedaço de rocha que se desprenda de um bloco. Mas a maioria das vezes a gravidade atua em conjunto com outros agentes, principalmente as águas correntes. A gravidade causa o movimento da água pelas encostas, e por sua vez, esta exerce forças nas partículas sedimentares, tendendo a transportá-las. (VELOSO, 2008, p. 3).

Devido a essa inclinação, a água proveniente das chuvas pode fazer com que partículas de solo e rocha sejam levadas para jusante da vertente. Entretanto, Veloso (2008, p. 4) afirma:

“se a vertente é bastante escamada, os materiais podem escorregar ou rolar sem a interferência de qualquer agente externo como, por exemplo, as águas correntes”. Nesse caso, a força atuante é a força gravitacional que atua nas encostas/vertentes.

Todos esses fatores associados quase sempre às ações antrópicas, podem resultar em grandes desequilíbrios, podendo causar sérios impactos. Caso esses desequilíbrios ocorram na área urbana, sobretudo nos locais onde existe um grande número de moradores, as tragédias noticiadas diariamente nos jornais serão mais constantes.

Além dos fatores citados, “*outros fatores que também controlam as taxas de erosão relacionam-se a cobertura vegetal e às características das encostas*” (CUNHA & GUERRA, 1996, p.359). Assim, dependendo da cobertura vegetal, a erosão pode ser de maior ou menor intensidade. Mas além desses fatores, as atividades antrópicas também apresentam uma grande importância nos desequilíbrios das encostas. A necessidade de práticas agrícolas e de subsistência de forma geral, são atividades que causam degradação ambiental, tanto em áreas urbanas quanto rurais.

No caso das áreas urbanas, a degradação de encostas é bem comum, pois, para a construção de casas e prédios as encostas são “cortadas”, o que facilita a ação dos processos erosivos, além de desmoronamentos e desabamentos. Entretanto, esses desequilíbrios em encostas não ocorrem somente em áreas urbanas, pois podem ocorrer também na área rural e em outras áreas que apresentem influências humanas.



Os processos que ocorrem em vertentes, também chamadas de encostas, são complexos, tanto que na atualidade existem grupos de geomorfólogos que se especializaram em estudar a dinâmica da paisagem através da análise e monitoramento de tais processos. Toda a estrutura paisagística de uma determinada área, normalmente se encontra associada aos padrões de ocorrência dos processos geomorfológicos e à sensibilidade da vertente/encosta.

A interação dos processos geomorfológicos com a sensibilidade (resistência) do material componente da vertente, define quais as possibilidades de uso do solo. Alguns tipos de vertente são extremamente vulneráveis à interferência externa, por isso jamais devem ser ocupadas, outras exigem um grau de planejamento elevado na sua ocupação, já outras possuem uma dificuldade de manejo menos expressiva.

3.2 – Três grandes intervenções humanas: A ferrovia; A usina; A pedraira

O local onde hoje se situa o parque ambiental “Salto da Pedreira” sofreu três grandes intervenções entre os anos de 1894 a 1988. Intervenções estas que ficaram marcadas ao longo dos anos na área do parque.

A primeira intervenção ocorreu no ano de 1894, quando começou a construção de uma estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul, sendo que essa ferrovia seria administrada pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (R.F.F.S.A.). Essa estrada de ferro passava dentro da área que atualmente pertence ao parque, sendo também construída uma estação ferroviária (Figura 02).



Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br/pr-tronco/fotos/roberto801.jpg, acesso em 20/08/2008.

Figura 02: Antiga estação ferroviária localizada na área estudo (Salto da Pedreira)

Nota-se ao fundo da estação a encosta onde está localizada a cachoeira que é o ponto principal de atração turística do parque. Por isso, apesar dessa linha férrea estar desativada a alguns anos, a estação foi transformada em uma lanchonete para atender aos visitantes do parque e ao público em geral.

A segunda intervenção ocorreu entre os anos de 1959 a 1963, no mandato do então prefeito municipal senhor Orestes Pallú, quando

Foi adquirida pelo Estado a Usina da Pedreira, fornecedora de energia elétrica para este Município e do de Rebouças, estando a cargo do Departamento de Águas e Energia Elétrica, que iniciou a reforma da rede urbana e linhas de transmissão, estando programada a ampliação da força geradora com melhoramentos e aumento de produção na usina” (VALASCKI & WZOREK, 1988, p.238).

Atualmente essa usina está desativada, mas um canal por onde passava a água, localizado no lado direito da cachoeira, ficou conservado. Esse canal também pode ser visto no parque, embora para se chegar nele seja preciso passar por dentro do rio, um pouco acima da queda da cachoeira. A cachoeira que era usada pela antiga “Usina da Pedreira” para

fornecer energia elétrica para os municípios de Rebouças e Rio Azul, pode ser identificada através da Figura 03:



Foto: PRIMON, Rodrigo Carlos, 2007

Figura 03: Cachoeira usada pela antiga “Usina da Pedreira” localizada na área do Parque Salto da Pedreira

A terceira intervenção ocorreu no ano de 1983, na gestão do então prefeito municipal senhor Ansenor Valentim Girardi, quando começaram as retiradas de diabásio da encosta do parque. Este recurso natural, segundo Leinz e Amaral (2001, p.41) são rochas “*magmáticas ou ígneas, que provêm da consolidação do magma*”. A extração desta rocha objetiva a obtenção de matéria prima para a construção da PRT-153 (Rodovia Antônio Baby), a qual ligaria Rebouças a Paulo Frontim. No ano de 1988 essa rodovia foi inaugurada, cessando-se assim as retiradas de diabásio da área do parque da Pedreira.

Portanto, a encosta onde hoje está localizada a piscina artificial do parque sofreu uma atividade mineradora. O diabásio não é um mineral, e sim uma rocha, sendo que esta

É um agregado natural, formado de um ou mais minerais (podendo, eventualmente, tratar-se de vidro vulcânico ou matéria orgânica, que são os

mineralóides), que constitui parte essencial da crosta terrestre e é nitidamente individualizado (LEINZ e AMARAL, 2001, p. 33)

Sendo assim, o diabásio é uma rocha que possui em sua estrutura química, a presença de um ou mais minerais. Dessa forma, a sua exploração e a sua conseqüente retirada, podem ser consideradas como uma atividade mineradora.

As atividades mineradoras podem causar grandes impactos na superfície terrestre. Segundo Guerra & Marçal (2006, p.47), *“quase todas as atividades humanas, na superfície terrestre, causam algum tipo de modificação, sendo que a mineração talvez seja uma das que mais altera o relevo”*.

Segundo Farias (2002, p.13), *“no Brasil, os principais problemas oriundos da mineração podem ser englobados em quatro categorias: poluição da água, poluição do ar, poluição sonora, e subsidência do terreno”*.

No caso do Parque Ambiental “Salto da Pedreira”, a atividade mineradora durou cinco anos e deixou uma grande marca, sendo que a encosta de onde eram retirados os diabásios se tornou uma grande piscina artificial (Figura 04), a qual também serve para a prática de atividades como o rapel e a tirolesa, devido ao fato de apresentar grandes paredões.



Fonte: PRIMON, Rodrigo Carlos, 2007.

Figura 04: Área de onde era retirado o diabásio no Parque Salto da Pedreira.

Com a transformação da área em parque ambiental, essa piscina se tornou um dos maiores atrativos do parque, pois é frequentemente usada para a prática da natação pelos visitantes. Ao olhar-se para a encosta onde hoje é a piscina artificial, pode-se notar, devido ao seu tamanho, que foi grande a quantidade de diabásio retirado para a construção da rodovia.

Nota-se claramente que as três intervenções ocorridas na área, antes de ser transformadas em parque ambiental, estavam relacionadas à exploração de recursos naturais, principalmente a atividade mineradora.

3.3 – Atividades mineradoras e seus impactos ao meio ambiente

Várias são as atividades realizadas pela sociedade que causam impactos ao meio ambiente. Dentre as principais estão as atividades agrícolas e as atividades mineradoras. Contudo, são essas duas atividades as principais fontes econômicas de todo o planeta. No mundo contemporâneo, essas duas atividades podem ser consideradas como maus necessários, pois ambas afetam o meio ambiente, mas também são as responsáveis por alavancarem o P. I. B. (Produto Interno Bruto) de vários países, inclusive do Brasil.

Ao se comparar os impactos causados tanto pelas atividades agrícolas, como pelas atividades mineradoras, percebe-se que as atividades mineradoras causam impactos bem mais visíveis. Ou seja, ao efetuar a relação da intensidade com que ocorrem, as degradações causadas por atividades mineradoras são mais visíveis e impactantes do que as causadas por atividades agrícolas.

“Para atividades que causam grandes distúrbios, como as minerações e áreas de empréstimo para construção de barragens e aterros, é muito fácil a caracterização, contrariamente aquelas onde a degradação ocorre de maneira lenta e gradual, como a observada por atividades agrícolas” (MELLO & DIAS, 1998, p.3).

Outra consideração indica que



“O principal e mais característico impacto causado pela atividade minerária é o que se refere à degradação visual da paisagem. Não se pode, porém, aceitar que tais mudanças e prejuízos sejam impostos à sociedade, da mesma forma que não se pode impedir a atuação da mineração, uma vez que ela é exigida por essa mesma sociedade” (SILVA, 2007, p. 26).

Na maioria dos casos, o resultado dessas atividades é a formação de grandes crateras, lagos, etc., sendo que geralmente torna-se difícil a recuperação da área. Isso ocorreu no Parque Ambiental “Salto da Pedreira”, sendo que após 11 anos do término do asfalto e da conseqüente retirada de diabásios, a área foi transformada em parque ambiental, como alternativa de revitalizar uma área degradada.

Para a exploração de muitos minérios e rochas é comum a abertura de pedreiras, que são áreas que apresentam minerais e rochas que geralmente afloraram na superfície ou estão poucos metros abaixo da mesma. Na verdade, as pedreiras também podem ser consideradas como jazidas minerais, que, segundo Silva (2007, p. 21), podem ser consideradas como uma

“massa individualizada de substância mineral ou fóssil, aflorando à superfície ou existente no interior da terra, em quantidades e teores que possibilitem seu aproveitamento em condições econômicas favoráveis”.

Essas áreas então, são exploradas até que aquele determinado mineral ou rocha acabe, ou como ocorreu no Parque Ambiental “Salto da Pedreira”, realiza-se a exploração até que tenha término uma determinada obra, sendo que no caso do parque, ocorreu a exploração de diabásios até que se concluísse o asfalto da PRT-153 (Rodovia Antônio Baby).

Vários são os impactos causados por esse tipo de exploração, desde a retirada até o beneficiamento. Assim,

Os efeitos ambientais estão associados, de modo geral, às diversas fases de exploração dos bens minerais, como à abertura da cava, (retirada da vegetação, escavações, movimentação de terra e modificação da paisagem local), ao uso de explosivos no desmonte de rocha (sobrepessão atmosférica, vibração do terreno, ultralancamento de fragmentos, fumos, gases, poeira, ruído), ao transporte e beneficiamento do minério (geração de poeira e ruído), afetando os meios como água, solo e ar, além da população local (BACCI *et al.* 2006, p. 48).



A sobrepressão atmosférica diz respeito a tremores causados em residências pelas explosões que ocorrem nas pedreiras. Ou seja, vários são os danos causados pelas atividades mineradoras, tanto ao meio ambiente, como à sociedade.

3.4 - A criação do parque ambiental “Salto da Pedreira”

O turismo é uma atividade que vem se tornando mais intensa em todo o planeta, seja nos países desenvolvidos, seja nos países subdesenvolvidos. A importância, sobretudo econômica, do turismo, é enorme para as cidades, para os estados e para os países que apresentam essa atividade. Talvez esse crescimento do turismo esteja ligado à preocupação com o meio ambiente, principalmente com a escassez dos recursos naturais.

O turismo é uma atividade que pode estar intimamente relacionada com o meio físico, em especial aquele que está vinculado à exploração das belezas naturais de uma determinada área, o turismo de aventura, o turismo ecológico, o turismo saúde, o turismo lazer, o turismo rural, o turismo climático e hidrotermal, etc.... (GUERRA & MARÇAL, 2006, p. 42).

A idéia central é de que o turismo geralmente está relacionado com o meio físico, com o meio ambiente. Sabe-se que a atividade turística não está limitada a esta realidade, pois existem vários tipos de exploração turística que não estão vinculados aos recursos naturais, como é o caso do turismo de negócios ou de eventos. Contudo, a temática central deste trabalho é a criação de um “parque ambiental”, visando, principalmente a exploração turística, por isso a associação feita pelos autores acima é cabível na presente discussão.

O Parque Ambiental “Salto da Pedreira”, pode ser considerado um exemplo perfeito da aplicação conceitual acima proposta, pois o mesmo possui uma cachoeira e uma ampla área verde, o que propiciou sua criação com fins turísticos, mas que também visa a conservação do meio ambiente natural.

O Parque Ambiental “Salto da Pedreira” foi instituído no dia 03 de maio de 1999, através de legislação municipal, na qual destacam-se:

Art. 1º-Fica criado o Parque Ambiental “Salto da Pedreira”, situado na localidade de Butiazal (PRT 153), neste município de Rio Azul, Estado do Paraná, com área de 83.359,50 metros quadrados.



Art. 2º-Toda a área do Parque fica declarada de **proteção ambiental**, cabendo ao Chefe do Executivo Municipal tomar todas as providências visando a proteção da fauna e flora existentes, a manutenção e organização (RIO AZUL, 1999).

Embora no Art. 2º conste o termo **proteção ambiental**, o termo correto seria conservação ambiental. Pois, segundo Padua (2006, s/p) “*conservação, nas leis brasileiras, significa proteção dos recursos naturais, com a utilização racional, garantindo sua sustentabilidade e existência para as futuras gerações*”. Ainda segundo Padua (2006, s/p), “*já a preservação visa à integridade e à perenidade de algo. O termo se refere à proteção integral, a intocabilidade*”. Portanto, como o parque é um local destinado à visitação, não deve ser considerado de proteção ambiental, mas sim de conservação ambiental, pois visa o seu uso racional.

Após sua instituição, o parque passa a ser destinado a visitas, isso fica claro no Art. 3º da lei de sua criação: “*Fica a área do Parque destinada à visitação geral de turistas, banhistas, educadores, esportistas, ambientalistas e toda e qualquer pessoa que se comprometa em zelar e preservar o meio ambiente*” (RIO AZUL, 1999).

Assim, foi criado o Parque Ambiental “Salto da Pedreira”, o qual é o principal ponto turístico do município de Rio Azul.

4 – Considerações finais

O local onde atualmente está situado o Parque Ambiental “Salto da Pedreira” sofreu três grandes intervenções antrópicas, sobretudo a mais marcante foi a extração de diabásios do parque para a construção da PRT-153 (Rodovia Antônio Baby). O local de onde eram retirados os diabásios se tornou uma grande piscina artificial, a qual é usada para a natação pelos visitantes do parque.

Portanto, a área foi transformada em parque ambiental, tendo em vista a revitalização da área. Para isso, foi implantada toda uma infra-estrutura, como: quiosques, quadras esportivas, trilhas ecológicas, lanchonetes, etc., visando tornar o parque uma área atrativa para os habitantes do município de Rio Azul e para os turistas que o visitam.

A área que atualmente pertence ao Parque Ambiental “Salto da Pedreira” é importante para o município, pois faz parte de sua história. Desse modo, o Parque Ambiental



“Salto da Pedreira” foi criado com a intenção de revitalizar uma área importante do município que estava fadada ao esquecimento por sua população. Com a criação do parque, além de propiciar uma área de lazer e turismo também é possível recuperar a importância histórica do local.

A iniciativa da criação de um parque, pode ser considerada uma intervenção mitigadora dos impactos ambientais causados por atividade exploradora de recurso natural (mineração). A justificativa para a degradação do ambiente nem sempre é aceita, normalmente espera-se que tal degradação não ocorra no processo de utilização dos recursos naturais. Entretanto, o desafio de não causar nenhum tipo de impacto na extração de recursos, muitas vezes indispensáveis à sobrevivência da sociedade humana, é antigo e ainda não apresenta soluções definitivas.

No caso do presente estudo, as várias intervenções ocorridas na área (anteriores à criação do parque), são testemunhos históricos da necessidade sócio-econômica local, pois sua utilização passou por processos diferenciados, mas foi aumentando gradativamente o nível de degradação. Processo contrário à tomada de consciência ambiental, pois quanto mais recente a utilização do local, maior foi o impacto, demonstrando que não existiu nenhum tipo de levantamento, monitoramento ou planejamento na utilização do referido espaço.

A última intervenção ocorrida (criação do parque ambiental) demonstrou um certo grau de conhecimento das atividades mitigadoras de impactos ambientais, contudo, não demonstra uma perspectiva unicamente conservadora, mas totalmente voltada à exploração dos potenciais disponíveis (atração turística).

Espera-se que essa nova modalidade de exploração não aumente o nível de degradação da área, pois tais tipos de exploração têm demonstrado sucesso em várias regiões do Brasil e do mundo, impedindo ou atenuando os impactos ambientais causados pela intervenção humana. Entretanto, o poder de destruição dos visitantes desta área, principalmente a produção de elementos poluidores, deve ser controlado e coibido, visando uma recuperação lenta, mas permanente da área degradada.

Por fim, sabe-se que o ideal seria o “abandono” da área degradada, depois de aplicadas técnicas de reflorestamento e recuperação dos recursos ambientais existentes, buscando o equilíbrio natural do sistema ecológico, mas, infelizmente, tal procedimento ainda



é considerado utópico, pois a necessidade da exploração dos recursos disponíveis é cada vez mais premente, principalmente em municípios de baixa produção comercial, industrial e agrícola, como é o caso de Rio Azul.

5 - Referências.

CUNHA, S. B; GUERRA, A. J. T. *Degradação Ambiental*. IN: GUERRA, A. J. Teixeira & CUNHA, Sandra B. (org.). Geomorfologia e meio ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 337-374.

CUNHA, S. B; GUERRA, A. J. T. (Org). *Geomorfologia: Uma atualização de bases e conceitos*, 6ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DIAS, L. E; MELLO, J. W. V. de. *Recuperação de áreas degradadas*. Viçosa: UFV, Departamento de solos; Sociedade Brasileira de Recuperação de Áreas Degradadas, 1998.

FARIAS, C. E. G. *Mineração e meio ambiente no Brasil*. Disponível em <http://www.cgee.org.br/arquivos/estudo011_02.pdf> acesso em 24/10/2008.

GUERRA, A. J. T; MARÇAL, M. S. *Geomorfologia Ambiental*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 192 p.

LEINZ, V; AMARAL, S. E. *Geologia geral*. 14 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MENDONÇA, F. A. *Geografia e meio ambiente*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

RIO AZUL. *Lei 083/99, de 03 de maio de 1999*. Lei da criação do Parque Ambiental “Salto da Pedreira”. Lei N° 083/99. Rio Azul, 1999.

SILVA, J. P. S. *Impactos ambientais causados por mineração*. Disponível em <http://www.espacodasophia.com.br/edicoes_antteriores/1107/colunistas/artigos/joao_paulo/joao.pdf> acesso em 28/10/2008.

VALASCKI, R; WZOREK, C. *Rio azul: 70 anos de emancipação política, de braços abertos para o amanhã*. Curitiba: Editora Nova, 1988.



5.1 - Sites consultados

Antiga estação ferroviária da Pedreira. Disponível em <http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-tronco/fotos/roberto801.jpg> acesso em 20/08/2008.

BACCI, D.C; LANDIM, P. M. B; ESTON, S. M. *Aspectos e impactos ambientais de pedreira em área urbana*. Disponível em http://dme.uma.pt/people/faculty/herlander.lima/Do%20ImpactesAmbientais/13Artigo_AspectosAmbientaisPedreira.pdf, acesso em 28/10/2008.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Caderno Estatístico: Município de Rio Azul*. Janeiro de 2009. Disponível em www.ipardes.gov.br. Acessado em 10 de janeiro de 2009.

PADUA, S. *Afinal, qual a diferença entre conservação e preservação?*. 2006. Disponível em http://www.oeco.com.br/suzana-padua/49-suzana-padua/18246-oeco_15564 acesso em 16/11/2008.

VELOSO, A J. G. *Importância do estudo das vertentes*. Disponível em <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/89/87> acesso em 24/10/2008.